

**DISPUTAS SIMBÓLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS
CONTEMPORÂNEOS: O CASO DA MARCHA DA MACONHA¹**

Wanderson Felício de Souza
Caio Besci Valiengo
Irina Frare Cezar²

RESUMO

Nesse trabalho, pretende-se analisar o movimento social Marcha da Maconha e sua relação com a política estatal de drogas e disputas simbólicas a partir de conceitos oferecidos pelas teorias dos movimentos sociais, todos com importante impacto no debate agência-estrutura, e alguns deles como uma alternativa de análise de nível mesossociológico. Na primeira parte, introduzimos o trabalho e apresentamos uma breve nota metodológica. Na segunda parte, apresentamos o movimento social, suas principais características e seu lugar na luta antiproibicionista, buscando entender seu processo de construção social. Nas seções posteriores, é desenvolvido o estudo de caso empírico a partir de reflexões teóricas: na terceira parte, analisa-se a emergência das disputas simbólicas pela ação coletiva através dos conceitos de interpretative frames, identidade coletiva e o papel das emoções e narrativas; na quarta, o enfoque é na participação de indivíduos em movimentos sociais devido à mobilização estimulada por redes sociais. Finalmente, na quinta e última seção, fazemos um balanço das principais reflexões resultantes da pesquisa realizada.

Palavras-chave: movimentos sociais; política estatal de drogas; marcha da maconha; disputas simbólicas; redes sociais.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais antiproibicionistas constituem uma reação à gestão judiciária e política do Estado em sua relação com substâncias psicoativas, assim como aos padrões normativos e culturais da sociedade que legitimam preconceitos contra os usuários dessas substâncias e a violência sócio-institucional direcionada às sua produção, consumo e distribuição. A Marcha da Maconha, cuja principal demanda é a legalização da *cannabis*, representa uma miríade de pautas, atores e visões de mundo que interagem em seu desenvolvimento e consolidação

¹ Trabalho escrito para apresentação no "I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo De Públicas – Democracia e República: desafios governamentais e da esfera pública no séc. XXI", na sessão temática "Esferas Públicas Não-Governamentais", realizado entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2015, na Universidade de Brasília e na Escola de Administração Fazendária (ESAF), Brasília.

² Estudantes de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, linha de pesquisa "Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional" na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/SP.

como um movimento social contemporâneo, constituindo um dos nexos mais importantes na relação entre o Estado brasileiro e a sociedade civil no campo das políticas de drogas.

A literatura dos movimentos sociais, especialmente a partir da década de 70, passou a desenvolver abordagens teóricas e a construir conceitos que pudessem explicar os principais mecanismos da ação coletiva, integrando as motivações individuais e as oportunidades e constrangimentos estruturais que orientavam sua emergência. Como reação às teorias macroestruturais, especialmente a *marxista* e a *parsoniana*, nas quais o compartilhamento de condições ou categorias determinavam o comportamento dos atores, e às explicações psicológicas, excessivamente ancoradas na agência, diversos autores passaram a se debruçar sobre o entendimento de “mediações entre comportamentos individuais e o fenômeno coletivo ‘movimento’” (Alonso, 2009, p. 65).

Nesse sentido, pretende-se, nesse trabalho, analisar o movimento social “Marcha da Maconha” a partir de alguns conceitos oferecidos pelas teorias dos movimentos sociais, todos com importante impacto no debate agência-estrutura, e alguns deles como uma alternativa de análise de nível mesossociológico. O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira parte, introduzimos o trabalho e apresentamos uma breve nota metodológica. Na segunda parte, apresentamos o movimento social, suas principais características e seu lugar na luta antiproibicionista, buscando entender seu processo de construção social. Nas seções posteriores, é desenvolvido o estudo de caso empírico a partir de reflexões teóricas: na terceira parte, analisa-se a emergência das disputas simbólicas pela ação coletiva através dos conceitos de *interpretative frames*, identidade coletiva e o papel das emoções e narrativas; na quarta, o enfoque é na participação de indivíduos em movimentos sociais devido à mobilização estimulada por redes sociais. Finalmente, na quinta e última seção, fazemos uma balanço das principais reflexões resultantes da pesquisa realizada.

1.1. Nota Metodológica

1.1.1. Escolha do caso analisado

Apesar de integrar o movimento mais amplo temática e territorialmente do antiproibicionismo, o estudo de caso desenvolvido examina o núcleo organizado específico da Marcha da Maconha da cidade de São Paulo. Tal escolha foi realizada devido à importância relativa do caso paulistano, cuja organização mais consolidada e projeção nacional pode oferecer mais insumos para o estudo, além de razões de natureza operacional.

1.1.2. Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de diálogos informais, participação em debates e reuniões

do núcleo paulistano da marcha, além de uma atividade na cidade de Santos que forneceu informações importantes sobre a relação entre os coletivos locais. Além disso, documentos primários, fontes secundárias e entrevistas gravadas e disponíveis na internet também foram utilizadas para a análise empírica desenvolvida, especialmente conteúdos audiovisuais produzidos por coletivos de mídia independente que atuam como militantes no tema.

As categorias de análise do movimento foram definidas conforme revisão de literatura, especialmente sociológica, sobre movimentos sociais e ação coletiva. São elas: dimensões simbólicas – enquadramentos interpretativos, identidade, emoções e narrativas – e redes sociais.

2 MOVIMENTOS ANTIPROIBICIONISTAS E A MARCHA

Os movimentos antiproibicionistas surgem em resposta às políticas estatais que criminalizam as drogas e a guerra às drogas que se generaliza no mundo ocidental. São movimentos plurais, que assumem uma série de discursos em seus repertórios. Seus ativistas defendem pautas variadas, a partir de olhares diversos, mas compartilham valores e símbolos comuns, e entendem que o modelo de atuação repressivo fracassou.

A mobilização em favor da liberação da maconha para consumo e fins medicinais teve início em 1998, encabeçado pelo ativista Dana Beal. A primeira Marcha da Maconha Global foi organizada em Nova Iorque em 1999, a partir de então, as marchas passariam a ser a principal forma de atuação dos movimentos sociais antiproibicionistas, sendo realizadas em mais de 700 cidades em todo o mundo (Lanças, 2013, p. 37)

No Brasil, considera-se como primeira a Marcha da Maconha ocorrida no Rio de Janeiro, em 2004. Em 2008 tenta-se a primeira Marcha da Maconha articulada nacionalmente, porém, é cancelada na véspera por decisões judiciais, sob a acusação de apologia ao crime. Apenas em 2011 o Supremo Tribunal Federal decide que a Marcha da Maconha não é uma manifestação que faz apologia ao crime e que sua proibição é inconstitucional.

Participam dos movimentos antiproibicionistas indivíduos e organizações inclusivas, que não aspiram monopolizar o comprometimento de seus membros, conforme o conceito de “afiliações múltiplas”, colocado por Dianni e Della Porta (2006, p. 127-131). Como se verá adiante, a afiliação múltipla nos movimentos antiproibicionistas, especificamente no caso da Marcha da Maconha, possui um importante papel na integração das diferentes áreas deste movimento, facilitando o desenvolvimento de contatos pessoais e a criação de redes formais e informais, que por sua vez encorajam a participação individual e a mobilização de recursos,

especialmente os via internet. Conforme os autores supracitados, as filiações que se sobrepõem facilitam também a circulação de informação e no crescimento da confiança mútua, como também poderá ser observado no caso da Marcha da Maconha.

É possível perceber uma série de visões, que ora se complementam, ora se contradizem, nas bandeiras levantadas nas Marchas da Maconha em todo o mundo. Sem esgotar o tema, observa-se uma série de pautas durante os atos do movimento, como (a) estilo de vida canábico, (b) uso recreativo da maconha, (c) uso medicinal da maconha, (d) esgotamento da guerra às drogas, a partir de um olhar das políticas públicas de segurança pública e de saúde, (e) uso de subprodutos da maconha como forma de engajamento ambiental contra o monopólio de derivados do petróleo, (f) luta antimanicomial, que é contra a internação compulsória de consumidores, especialmente tratamentos baseados em orientações religiosas, e finalmente, (g) lutas anticapitalistas, que entendem que uma possível legalização e comercialização da maconha não deve ser pautada pela lógica de mercado e das grandes corporações.

A grande parte dos ativistas das Marchas compartilham estilos de vida, que se traduzem em hábitos, rituais e símbolos que muitas vezes se materializam em revistas especializadas, produtos de moda, entre outros. Estes estilos de vida, que serão melhor analisados na quinta seção deste trabalho, podem ser observados na fala de um importante militante e ativista histórico das Marchas no Brasil:

A gente tá vivendo realmente um momento de clímax, quase um ponto de inflexão, na possibilidade de ter legitimidade em uma luta que diz respeito a milhões de pessoas, que estavam totalmente tolhidas, não só nos seus direitos de praticar os seus hábitos, o seu estilo de vida de consumidores de maconha, mas também no sentido de poder discutir na sociedade amplamente. Então eu acho que revistas, a própria manifestação, tudo isso, contribuem para tirar a demonização de uma planta tão útil e tão pouco conhecida pela maioria da opinião pública, que não sabe o que realmente é a maconha³.

O movimento antiproibicionista não é consensual em suas pautas. Enquanto alguns fazem uma defesa mais abrangente sobre a legalização de todas as drogas, outros entendem que apenas a maconha deveria passar por este processo. Da mesma forma que, enquanto alguns defendem a legalização para qualquer tipo de uso, inclusive o recreativo, outros entendem que a legalização deve ser feita apenas para uso medicinal, como para pacientes de tratamento de câncer, ou para produção de remédios a partir dos compostos da maconha, como aqueles utilizados para casos graves de epilepsia.

³ **SemSemente.** *Marcha da Maconha São Paulo.* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SOTn5X733TU>>..Acesso em: 14/11/2014.

Já o fracasso do modelo repressor da guerra às drogas parece ser consensual entre seus participantes. Este consenso compartilhado pode ser observado na fala de organizadores/as da Marcha da Maconha de São Paulo de 2014:

Já é a sétima marcha, e a gente tá com o tema 'cultivar a liberdade para não colher a guerra'. A gente tá fazendo um debate, pois todos vivemos sob uma guerra, a guerra às drogas atinge a todos, em níveis diferentes, mas não é uma questão só dos usuários⁴.

A luta anticapitalista também surge com força a partir de experiências internacionais, como o caso do Uruguai. Novamente, nas palavras de importante ativista:

Um dos antigos executivos da Microsoft disse que vai lançar uma marca de maconha ambicionando dominar o mercado mundial. Esses elementos mostram que a questão da maconha não é simplesmente um problema apenas do ponto de vista do uso psicoativo, ela é uma mina de ouro. É um grande negócio que rende fortunas, e que está hoje sendo disputado em escala global como uma *commoditie*. No Uruguai, o presidente Mujica propôs a legalização da maconha, e a estatização do atacado, para que não haja grandes empresas capitalistas dominando este mercado como ocorre com o álcool e com o tabaco [...] Nós queremos a legalização, mas queremos uma forma de regulamentação que não seja igual a do tabaco e do álcool. A primeira coisa que se tem que defender é o autocultivo. [...] A melhor saída para os fumantes é não depender do mercado, de nenhum tipo de empresa, ser autossuficiente, pelo plantio individual, ou por meio de cooperativa. [...] O ideal seria uma grande empresa nacional, estatizada, que colocasse toda renda do negócio para o interesse público, da mesma forma que está sendo feita no Uruguai⁵.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DAS DISPUTAS SIMBÓLICAS

A Marcha da Maconha, como integrante de um movimento social mais amplo que questiona a cultura e as políticas proibicionistas, opera em um campo duplo: ao mesmo tempo em que objetiva a redefinição da relação entre a gestão política e judiciária do aparato estatal frente às drogas – e, mais especificamente, frente à *cannabis* –, pretende disputar símbolos e mudar entendimentos e mentalidades em torno de seu uso. Nesse sentido, é imprescindível que uma análise sobre os mecanismos de ação e dimensões transversais de sua organização coletiva leve em consideração as importantes dimensões simbólicas que a mobilizam e que são mobilizadas pelos seus participantes. A perspectiva construída por Melucci (1985; 1989; 1995) sobre a inserção da ação coletiva no campo da disputa cultural servirá como pano de fundo para que analisemos o movimento da marcha a partir de quatro abordagens conceituais: os enquadramentos cognitivos (*framing processes*), a construção da identidade coletiva, e o papel das emoções e das narrativas na construção de solidariedade entre os participantes.

⁴ **TV Carta.** *Marcha da Maconha 2014: conheça quem quer legalizar.* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZmA7GUbGGbo>>. Acesso em: 14/11/2014. Trata-se da fala de ativista do movimento.

⁵ **GrowBrasil.** *Palestra de Henrique Carneiro na Marcha da Maconha de 2013.* Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3Ji8L7QayFw>>. Acesso em: 14/11/2014. Trata-se de trecho de palestra de importante militante no tema.

3.1. *Uma teoria cultural sobre a ação coletiva*

Ao analisar os padrões emergentes da ação coletiva na Europa, especialmente a partir da década de 70, Melucci (1985) afirma que os movimentos sociais estariam se movendo da sua forma mais tradicional de contestação, relacionada à distribuição de bens materiais tangíveis e poder político, para a disputa de símbolos, valores e visões de mundo no campo cultural. A perspectiva teórica que o autor oferece pretende superar duas linhas explicativas tradicionais: (a) as abordagens macroestruturais do marxismo e do funcionalismo, que entendiam a ação coletiva como resultado direto da estrutura econômica e social e não ofereciam um componente de mediação entre comportamentos individuais e a ação coletiva e (b) as teorias clássicas dos movimentos sociais que, em meio ao debate que consolidava a subárea no meio acadêmico, não enxergavam a potencial fusão entre seus mecanismos explicativos para o entendimento dos novos padrões de mobilização.

A sua proposta é, então, de (a) reconhecer o conceito de 'estrutura de oportunidade política' (Tarrow & Tilly, 1983) e sua relevância para a análise da ação coletiva como um sistema e não apenas como uma crença ou conjunto de interesses objetivos, (b) avançar sobre o pressuposto da 'inovação cultural', para além da indústria de movimento social (McCarthy e Zald, 1977), incluindo não apenas as organizações formais, mas também a rede de relações informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla (Melucci, 1989); e (c) ampliar o entendimento sobre os novos movimentos sociais cujo conflito passou "do problema da distribuição" para a "gramática das formas de vivência" (Habermas, 1981, p. 33).

Assim, afirma que "os participantes da ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação econômica, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade" (Melucci, 1985, p. 53), por meio de processos cognitivos, emocionalmente orientados, e interações que constroem novas identidades, interativas e compartilhadas, produzidas por numerosos indivíduos e relativas às orientações simbólicas da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece (Melucci, 1995, p. 44). A identidade coletiva seria produzida a partir da definição de um 'framework cognitivo' acerca dos fins, meios e campos de ação; a ativação prática de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão); e do movimento emocional que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo. (Alonso, 2009, p. 12)

A questão normativa, direcionada à disputa simbólica e à alteração de padrões sociais de valores e visão de mundo, é bastante presente na atuação da Marcha da Maconha,

evidenciando traços característicos dos novos movimentos sociais estudados por Habermas (1981) e Melucci (1985; 1989; 1995). Em abril de 2014, foi divulgada uma carta aberta à sociedade, nas vésperas da realização das passeatas, em que é marcada a preocupação da ação coletiva com a mudança da mentalidade proibicionista, com a reprodução de estereótipos sobre os usuários e as liberdades individuais:

Antes de mais nada, é sempre bom lembrar: a **Marcha da Maconha SP é uma manifestação absolutamente pacífica**. Diferente de outras formas legítimas de protesto, a marcha visa – por meio de um **ato tranquilo, colorido, lúdico** – não interromper o cotidiano da cidade, mas fomentar uma **mudança de mentalidade em relação ao paradigma proibicionista** das drogas. Afinal, a proibição se sustenta não apenas nas leis, mas **nas instituições e na própria sociedade**, que **reproduz preconceitos, estereótipos e violência**"

"Liberdade de fazer o que bem entendermos com nosso próprio corpo, de nos manifestarmos sem a tutela ou a investigação policial, de andar na rua sem ser preso ou morto, de fazer um franco e qualificado debate com a sociedade, **de lutar por dias mais livres**⁶.

Durante a realização da marcha no ano de 2013, em que foi realizado um debate público no vão do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), na Avenida Paulista, várias das falas também se referiram às disputas simbólicas. Uma das maiores bandeiras do movimento é a defesa pela escolha individual de usar drogas sem a interferência do Estado, que teria o papel informativo e não de controle sobre os corpos. Em uma clara defesa de um estilo de vida, do "direito de ser diferente" (Melucci, 1989), um ativista, bastante importante para a organização das marchas, discursou contra o financiamento estatal de clínicas particulares de tratamento de usuários, utilizando o termo "prisão moderna de controle dos corpos" para se referir a essas instituições. O alvo de sua fala era o fundamentalismo religioso, que controlaria várias dessas clínicas disseminando um discurso opressivo contra as liberdades individuais. Seu discurso foi amplamente aplaudido pelos manifestantes presentes.

Vários são os temas transversais que se aglomeram junto à pauta da legalização da maconha: a reconstrução da liberdade individual por meio do antiproibicionismo, o direito à decisão sobre o corpo – que ecoa principalmente entre integrantes da frente feminista da marcha –, o genocídio da juventude negra das periferias pela instituição policial, etc.

Dianni & Della Porta (2006) afirmam que conflitos sociais contemporâneos se relacionam com a produção e circulação de informação e o uso de conhecimento científico. Melucci (1989) acrescenta o objetivo da ação coletiva de que a sociedade civil ouça suas mensagens e traduza suas reivindicações na tomada de decisão política, enquanto os movimentos mantêm

⁶ **Marcha da Maconha**. *Carta aberta: segurança e autonomia da Marcha da Maconha SP*. Divulgada em 23/04/2014 no blog do movimento. Disponível em: http://blog.marchadamaconha/carta-aberta-seguranca-e-autonomia-da-marcha-da-maconha-sp_4293#?more-4293. Acesso em: 30/08/2014.

sua autonomia. Na fala um(a) integrante do Coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR), também da organização da Marcha de São Paulo, o elemento da autonomia e da informação transparece com grande importância:

Somos um coletivo autônomo. Vamos agir na **mudança cultural, nas mentalidades, na difusão de informação**. E não vamos fazer reunião com políticos nem escrever projetos de lei com o que temos [...]. Nosso papel é fazer pressão social⁷.

3.2. *Cognição e interpretação do mundo*

A partir da década de 80, com o reconhecimento da importância da dimensão simbólica para os padrões dos movimentos sociais emergentes, muitos pesquisadores passaram a estudar a relação entre a ação coletiva e a cultura a partir da perspectiva cognitivista, na qual o foco analítico está no meio pelo qual os indivíduos interpretam a sua realidade. Na tentativa de elucidar como ocorre a transformação de valores individuais em valores coletivos que possibilitam convergências cognitivas e a construção de solidariedade, essa abordagem trabalha com a assunção de que a decisão de agir coletivamente depende de um processo complexo de avaliação/interpretação de oportunidades e constrangimentos, que articulam os princípios internalizados a estratégias de conduta apropriada pelos participantes (Dianni & Della Porta, 2006, p. 72-73).

Como contraponto ao conceito de ideologia, que era amplamente utilizado pelos estudos sociológicos e cujos pressupostos teóricos revelavam um alto grau de coerência, integração e proximidade ideológica entre participantes de ações coletivas e, assim, uma ligação direta, em função dessa coerência, entre ideias e comportamento, essa literatura passa a trabalhar com o conceito de "enquadramentos interpretativos" (*interpretative frames* em inglês; Snow & Benford, 2000), uma vez que "a cultura influencia a ação não por disponibilizar os valores últimos que orientam a ação, mas por moldar a 'caixa de ferramentas' de hábitos, habilidades e estilos por meio dos quais as pessoas constroem suas 'estratégias de ação'" (Swidler, 1986, p.11).

Com base nos pressupostos teóricos do interacionismo simbólico⁸ e no importante trabalho de Erving Goffman⁹, Snow & Benford (2000) aplicam o conceito de enquadramento

⁷ **TV Carta**. *Marcha da Maconha 2014: conheça quem quer legalizar*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZmA7GUbGGbo>. Acesso em 14/11/2014.

⁸ A escola do interacionismo simbólico enfatizava as pequenas relações sociais contingentes, as capacidades cognitivas e interpretativas de atores sociais em interações conflituosas e os processos de construção e negociação de significados, em que os padrões de interação social são caracterizados pela capacidade dos agentes de entender a realidade em que vivem, independentemente da sua realidade social (negando a dualidade real marxista) ou as estruturas totalizantes parsonianas, atuando, assim, no nível microsociológico de análise social.

⁹ Em "*Frame Analysis. An Essay of the organization of experience*", Goffman (1974, p. 06) desenvolve a ideia de *frame* (*schemata of interpretation*) como "meios de atribuir sentido que habilitam os indivíduos a localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências da vida social; seriam, então, modelos mentais compartilhados, simplificariam a

interpretativo ao estudo dos movimentos sociais. Os *frames*, segundo os autores: (a) simplificam e condensam o mundo exterior; (b) destacam, codificam e selecionam objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ação política, atuando na ação coletiva como (c) redutores da complexidade social a níveis manejáveis pelo cidadão comum, (d) sinalizando a injustiça de determinada situação, vinculando-a a símbolos e apresentando-a como um problema que requer mobilização. Dessa forma, organizaria a experiência cotidiana, permitindo às pessoas interpretar o mundo definindo o que existe (dimensão ontológica), o que acontece (dimensão prática) e o que importa (dimensão normativa).

Conforme visto anteriormente, o movimento antiproibicionista inseriu a questão do uso de psicotrópicos na maior parte dos países ocidentais, sempre na tentativa de defender a liberdade de uso medicinal ou recreativo, mas também enquadrar o entendimento sobre a gestão estatal e a política de combate às drogas como uma expressão da violência social, e esse entendimento é compartilhado pela grande maioria dos ativistas que participam de atividades contestadoras sobre o tema e que requerem uma alteração no modo como as pessoas enxergam a questão das drogas:

Movimentos sociais não objetivam incidir apenas sobre a mudança de uma política específica ou sobre a mudança de elites políticas específicas, mas também influenciar transformações mais amplas em prioridade sociais, nos mecanismos básicos pelos quais a sociedade opera (Dianni & Della Porta, 2006, p. 70).

O enquadramento interpretativo atua na mobilização por meio de três elementos interdependentes. Em primeiro lugar, por meio do elemento *prognóstico*, os problemas são identificados e *frames* apropriados podem transformar um fenômeno – a política proibicionista – ou uma situação – o altíssimo encarceramento devido à *cannabis*, por exemplo – em um problema orientado à ação coletiva. Isso significa que os temas das manifestações não têm uma vida independente fora dos esforços dos indivíduos de caracteriza-los como tal. A frente feminista da Marcha, por exemplo, enquadra a situação da população carcerária feminina devido ao tráfico de entorpecentes (que representa mais da metade das mulheres presas) como uma vertente obscura do machismo. Segundo elas, o poder público e privado masculino, exercido através das relações afetivas, levam as mulheres a fazer 'favores' para seus companheiros, como carregar drogas no corpo, substituí-los em pontos de venda quando necessário, etc. O processo contencioso chega ao ápice quando as ativistas enxergam na prisão dessas mulheres pelo Estado como uma grande injustiça de cunho institucional e social: se os motivos são atribuídos a grupos claramente identificáveis, o componente emocional de injustiça de um *frame* certamente aparecerá (Gamson, 1992, *apud* Diani & Della

cognição por meio de tipificações que orientam a percepção, a interpretação, o planejamento e a própria ação”.

Porta, 2006, p. 75).

Em segundo lugar, o elemento *prognóstico* do enquadramento origina uma tentativa de encontrar soluções por meio de articulações e formação de novos consensos, abrindo espaço para novas formas de ação – como foi a saída da marcha do Ibirapuera às ruas da cidade. Em profunda ligação com essas novas formas de ação, os indivíduos interpretam as possibilidades de ação por meio da experiência coletiva, convencendo-se sobre a possibilidade de agir efetivamente e de maneira legítima por sua causa, através do elemento *motivacional* do *framing process*. Esse elemento motivacional, conforme coloca Castells (2013) – apesar de não chama-lo assim – é muitas vezes desencadeado pela ação comunicativa entre ativistas e pela autocomunicação possibilitada pelas redes sociais: o fato da marcha sair às ruas, ser liberada pelo STF e ganhar visibilidade inclusive na mídia tradicional atribui legitimidade e condiciona a percepção, por parte dos ativistas, de que podem participar ativamente da ação coletiva e contribuir com a consecução de duas demandas.

É interessante observar que a Marcha da Maconha agrega diversos perfis de ativistas, com origens socioeconômicas distintas, com diferentes histórias de vida e orientação sexual e entendimento de gênero, ou seja, não compartilham categorias e valores unívocos que os direcionam automaticamente à ação, como as análises que se utilizam do conceito de ideologia postulavam. Na verdade, o contexto de atuação desses movimentos com base em valores pós-materiais – como estilo de vida –, ainda que contenha motivações de base material – como a própria questão do encarceramento da juventude das periferias – necessita de certa flexibilidade e adaptabilidade, pois a forte identificação com normas e valores muito específicos pode representar um obstáculo à liberdade de interpretação dos atores sobre sua realidade social e, assim, pode limitar a utilização de seu repertório cultural e das suas estratégias de ação (cf. Swidler, 1986).

3.3. *A construção da identidade coletiva*

A perspectiva sociológica que se utiliza do conceito de identidade – assim como outras que se focam nas análises da agência, de elementos relacionais, processos cognitivos, entre outros – busca avançar para além de explicações macrosociológicas fundamentadas no estruturalismo. Desse modo, ela [a identidade] se originaria da interação entre tensões estruturais e a emergência da ação coletiva enquanto elemento de auto e hetero-definição (dos adversários) em termos de valores e certos interesses não pré-determinados *a priori*; opera, portanto, na intersecção entre a ação coletiva e o engajamento pessoal, no 'empoderamento' dos indivíduos e na construção do *self* – representação do eu para o mundo – individual e do próprio ente coletivo do qual faz parte.

Segundo Dianni & Della Porta (2006, pp. 91-92):

Quando falamos de identidade não estamos nos referindo a um objeto autônomo, nem a uma propriedade dos atores sociais; nos referimos, na verdade, ao processo pelo qual os atores sociais se reconhecem – e são reconhecidos pelos demais – como parte de grupos maiores, com os quais criam laços emocionais.

Além disso, ela também pode ser baseada em “orientações, valores, atitudes, visões de mundo e estilos de vida compartilhados, assim como em experiências compartilhadas do agir”, sem contudo “expressar um forte sentido de proximidade de classe, etnia, ou gênero” (Idem, p. 92). Além disso, como coloca Melucci (1995, p. 44) ela aparece, no seio das interações, como “um produto contingente de negociações entre imagens coletivas produzidas por vários atores sociais e organizações”, revelando a importância da dimensão do conflito, de interações contingentes, para a sua conformação.

A formação da identidade dos manifestantes da Marcha passou por pelo menos três processos interligados e que se renovam com o desenvolvimento do movimento e a ampliação do número de participantes. Inicialmente, o contato entre indivíduos e a sensação de pertencimento ao grupo ocorre com a incorporação individual da 'cultura *cannábica*', em que a identidade individual de usuário é um traço característico encontrado na interação social cotidiana (Lanças, 2013). Ela emerge dando aos indivíduos a oportunidade de atribuir coerência e significado à sua vida privada, que pode ser reorganizada conforme os eventos cotidianos, ainda que pareça, em temporalidade linear, contraditória e incompatível (cf. Swidler, 2001).

A construção da identidade coletiva ocorre com o desenvolvimento do próprio movimento, sendo construída e reconstruída conforme as relações sociais estabelecidas entre os participantes da ação coletiva e as interações entre distintos movimentos sociais ou poderes institucionalizados. A participação em debates públicos, na organização e nas próprias passeatas constrói um senso de integração simbólica. Especialmente após 2011, com a decisão do Supremo Tribunal Federal de liberar todas as manifestações em favor da legalização da maconha, as demandas do movimento passaram a ser nacionalmente projetadas, o que levou a seus participantes, mesmo aqueles com atuação limitada aos núcleos locais e/ou regionais, a reforçar um senso de pertencimento ao movimento nacional. O senso de identidade passa, então, por uma ampliação que tende a aumentar e redefinir as redes sociais que ligam os membros de distintas localidades geográficas (Lanças, 2013).

Desde 2012, a Marcha da capital paulista passou a contar com financiamento coletivo pelo Catarse (plataforma *online* de financiamento colaborativo que possibilita a arrecadação de recursos), organizando atividades preparatórias e complementares às manifestações de rua,

como debates, sessões de filme, rodas de conversa, festas e shows musicais, no intuito de ampliar a participação e qualificar as discussões e a apresentação das demandas políticas à sociedade e ao Estado.

É interessante notar que isso possibilitou uma importante alteração no modo de organização e na tomada de decisão do coletivo paulistano, fortalecendo o grupo mais organizado do movimento e ampliando o número de participantes, processo que ilustra como as identidades múltiplas atuam sobre a ação coletiva.

O aumento no número de indivíduos e grupos que passaram a integrar a marcha levou ao aparecimento e agregação de inúmeras bandeiras. O denominador comum que é a legalização da maconha atrai uma grande diversidade de atores sociais, revelando a presença de uma identidade mais fluida ou ampla que funciona como um ímã para a participação (Dianni & Della Porta, 2006). É possível perceber essa diversidade pela quantidade de blocos temáticos que passaram a integrar as marchas, como o feminista, o bloco contra a internação compulsória, o bloco do uso religioso da maconha, o bloco do uso medicinal, a ala psicodélica, LBGTT, anticapitalista, entre outros.

Por outro lado, conforme explicou em reunião sobre a marcha uma jornalista integrante do núcleo duro de organização, esse novo *modus operandi* que agrega diversos temas transversais reforçou alguns traços dos princípios originais do movimento, como a previsão de horizontalidade e a tomada de decisão por consenso. Durante as assembleias deliberativas, quando diferentes visões não formavam uma decisão consensual, abria-se a possibilidade de preparação dessas atividades ou alas complementares. Reforçar esses princípios contribui para a formação de identidades mais fixas, favorecendo a construção do *self* dos participantes e também impactando na captação de recursos simbólicos pelo movimento (Idem, 2006).

Como será visto em seção posterior, a existência de diversidade de participantes individuais e coletivos facilita a construção de redes, possibilitando afiliações múltiplas interligadas a identidades múltiplas. Um exemplo é a composição de representantes do núcleo de São Paulo que participaram de reunião com o coletivo de Santos na cidade litorânea: das cinco mulheres presentes, quatro delas eram da frente feminista da Marcha, três delas do coletivo DAR e duas da Liga Brasileira de Lésbicas.

A emergência da identidade coletiva de um movimento também está ligada, conforme já mencionado, a processos de reconhecimento externo posteriores a sua autoafirmação. O componente conflituoso de sua construção passa por um elemento de diferenciação em relação ao outro – definição contingente 'do que não somos e de quem é o nosso inimigo': "movimentos realmente lutam pelo reconhecimento de sua identidade. É somente no contexto

do reconhecimento mútuo entre atores que o confronto e as relações sociais podem existir” (Idem, p. 106).

O reconhecimento externo muitas vezes ocorre por meio da estigmatização e da imposição de uma visão negativa – assentada em relações assimétricas de poder, podendo funcionar como poderoso mecanismo de dominação social. Dois exemplos de natureza e ocorrência histórico-temporal distinta sugerem tal processo: em primeiro lugar, podemos citar o exemplo a criação da categoria 'usuário de drogas' formulada por Estados e organizações internacionais, que acontece junto com a criminalização das drogas na metade do século XX. Por outro lado, no caso da Marcha paulistana de 2014, que estava inserida em um ciclo de protestos que se iniciara em junho do ano anterior e se alongara no movimento anti-Copa do Mundo, o discurso da capitã da polícia militar responsável por acompanhar o protesto colocou uma dicotomia entre o “bom” e o “mal” manifestante, segundo duas integrantes da organização. O bom manifestante seria aquele da Marcha, “que só gostaria de fumar recreativamente e que não oferecia perigo à ordem pública”. O mal manifestante seriam os outros, o que poderia legitimar operações repressivas da polícia e cada vez mais defendidas pela opinião pública. Apesar disso, os ativistas também vieram na fala da policial para a imprensa o reconhecimento da importância da Marcha, ou no mínimo de seu crescimento.

A produção de identidade também está relacionada, segundo a literatura, com a adoção de certos estilos de comportamento ou ritual, em que os militantes de um movimento expressam sua diferença, possibilitando que sejam facilmente reconhecidos por seu entorno social, e fazendo com que eventos ou lugares identificados a esses estilos ou rituais se revistam de significação simbólica. Os estilos de vida, baseados em certos padrões de comportamento, vestimenta, e frequentes visitas a locais específicos, entre outros, operam como uma intersecção entre a vida privada e ação coletiva e escolhas de vida podem ser vistas, inclusive, como táticas para a mudança social (Haenfler, Johnson & Jones, 2012). Os rituais, especialmente através de intervenções artísticas durante as manifestações, representam “formas de expressão simbólica pela qual a comunicação sobre relações sociais são difundidas de modo estilizado e dramatizado” (Dianni & Della Porta, 2006, p. 109), reforçando o senso de solidariedade entre os participantes.

3.4. *Emoções e narrativas na mobilização*

Inicialmente, os estudos sobre os movimentos sociais, na primeira metade do século XX, se alicerçaram em análises sobre o comportamento coletivo – acompanhando uma lente *behaviorista* da análise das multidões – como subjugação individual aos valores, emoções e entendimentos coletivos dotados de irracionalidade – ou pelo menos, de uma razão lógica

aquém daquela das tomadas de decisão individuais – e espontaneidade (Weber & King, 2013, p. 02). Com o desenvolvimento do campo, as teorias clássicas passaram a refutar tal irracionalidade e espontaneidade, traduzindo a ação coletiva ora como decisão racional em torno de bens materiais, ora como oportunidade política.

Contudo, conforme afirma Jasper (1998, pp. 398-99; p. 420), a agenda de pesquisa passou a reincorporar o papel das emoções no protesto político (termo utilizado pelo autor), especialmente com a expansão da abordagem cognitivista. Dessa forma, emoções compartilhadas (*shared emotions* – raiva e medo, por exemplo) como resposta transitória a eventos externos e a novas informação durante a ação coletiva e emoções recíprocas (*reciprocal emotions* – amor, amizade ou lealdade) constituem mecanismos importantes para entender o esforço coletivo e concertado que objetiva mudar algum aspecto da vida social.

Na mesma direção, ao analisar movimentos sociais recentes com suporte em estudos de redes neurais, Castells (2013) argumenta que emoções derivadas de algum evento significativo durante manifestações podem incentivar os participantes:

A raiva aumenta com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável. O medo desencadeia a ansiedade, associada à evitação do perigo. Ele é superado pelo compartilhamento e pela identificação com os outros num processo de ação comunicativa. Então a raiva assume o controle, levando ao comportamento de assumir os riscos" (Idem, p. 158).

Dessa forma, surgem novos incentivos para a participação na ação coletiva, inclusive como meio para a construção de identidades e solidariedade entre os participantes.

No ano de 2011, quando a Marcha tornou-se efetivamente uma marcha de ruas e estava programada para acontecer entre a Avenida Paulista e a Rua da Consolação, um desembargador a proibiu um dia antes de sua realização por considerá-la um evento de apologia ao uso das drogas. Ainda assim, ela aconteceu e a repressão policial foi intensa. Três relatos demonstram como o compartilhamento de emoções durante o ocorrido favoreceu a participação de novos indivíduos e maior engajamento dos que já estavam presentes. Para uma organizadora, a interação entre os manifestantes e a polícia no início da concentração dos ativistas em que "um cara acende 'um' aqui, uma mina grita 'ei, polícia, maconha é uma delícia!' ali" ajudou a desencadear o conflito, que foi sentido como uma injustiça contra o movimento, gerando raiva e indignação. O aumento no número de participantes para uma nova passeata realizada na semana seguinte, especialmente devido à veiculação de informações em redes sociais (*Facebook*) seria um sintoma do ocorrido. O debate público realizado na concentração da edição de 2013 do protesto também confirma como os ativistas se sentiram naquela ocasião: "A juventude aprendeu a se mobilizar de novo e a não ter **medo** da repressão. A marcha ensinou isso. Com a repressão do MASP à consolação **aprendemos**

a não ter medo de bomba de gás”¹⁰.

Esta última fala acima transcrita também evidencia um outro aspecto importante para a análise da ação coletiva, proposto por autores que estudam o jeito de contar histórias e o papel da linguagem durante os eventos, especialmente a construção das narrativas que os participantes de uma manifestação compartilham uns com os outros. Segundo Poletta (2006), o caráter de espontaneidade dessa construção é central para a emergência da identidade coletiva; quando contada, tanto em reuniões formais ou nas conversas informais do dia-a-dia, a retórica dos ativistas se transforma em enredos persuasivos, não apenas como recurso de convencimento utilizado por atores sociais estratégicos, mas também na constituição de novos atores estratégicos (Idem, p. 154). A quantidade de gritos, assobios e palmas após o fim da fala do debatedor explicita que o jeito de contar histórias pode contagiar e levar a um maior engajamento dos ativistas: “A repressão **é lenta como um dinossauro**, nós somos rápidos e nos reorganizamos!”¹¹.

4 A MARCHA DA MACONHA EM REDE

Conforme Dianni e Della Porta (2006), as redes sociais afetam a participação na ação coletiva, uma vez que indivíduos se envolvem na ação coletiva por meio de suas conexões pessoais com pessoas já envolvidas em determinado movimento ou causa. Esta participação molda as redes, reforçando aquelas relações que já existiam ou criando novas. As redes sociais também podem aumentar as possibilidades individuais na participação, e/ou fortalecer as tentativas de ativistas na busca de apoio de suas causas. As redes sociais não são apenas um facilitador, como também um produto da ação coletiva - enquanto algumas pessoas se envolvem em determinados movimentos ou causas por conta de suas relações anteriores, sua própria participação na ação coletiva acaba por criar novas ligações em sua rede.

A internet apresenta um papel crucial nas ideias anti-proibicionistas a nível nacional e internacional, seja através de sites e revistas especializadas, trocas de informações nas redes sociais, e divulgação da cultura canábica por meio de vídeos em sites como o *Youtube*. Além disso, as redes sociais, *online* e *off-line*, colaboram para construção da solidariedade entre pessoas, a partir da categoria inicialmente vaga de usuário. As redes também são responsáveis pela mobilização de inúmeros simpatizantes e usuários não vinculados diretamente ao movimento, mas que participam anualmente das Marchas que ocupam as principais cidades do país em apoio à causa”. (Lanças, 2013, p, 40). Desta forma, a Marcha

¹⁰ **GrowBrasil**. *Palestra de Henrique Carneiro na Marcha da Maconha de 2013*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3Ji8L7QayFw>. Acesso em 14/11/2014.

¹¹ Idem.

da Maconha pode ser entendida tanto como um movimento social em rede – entre atores sociais, individuais ou coletivos (estes atores serão melhor definidos na seção 6.3 deste trabalho), como também como um movimento social que utiliza-se das redes de comunicação, especialmente da internet, para se organizar, comunicar, e levantar recursos financeiros e humanos, como seu site indica em sua descrição:

O Coletivo Marcha da Maconha Brasil é um grupo de indivíduos e instituições que trabalham de forma majoritariamente descentralizada, com um núcleo-central que atua na manutenção do sitemarchadamaconha.org e do fórum de discussões a ele anexado. Apesar de existir tal núcleo, todo o trabalho é realizado de forma horizontal e coletiva entre **uma rede de colaboradores**, no qual os textos, artigos e todo tipo de trabalhos são compartilhados de acordo com as necessidades, disponibilidades e engajamento de cada um¹².

A Marcha da Maconha também pode ser entendida como movimento em rede a partir do conceito de Castells, que entende tais movimentos como: (a) conectados em rede de múltiplas formas, ou seja, é essencial para estes movimentos sociais o uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares, e se conectam a esta rede de forma multimodal, (b) apesar de localizados no espaço urbano através da ocupação de espaços públicos e manifestações de rua, sua existência contínua se dá no espaço livre da internet, que garante sua coordenação, deliberação e inter-relacionamento, (c) não precisam de lideranças formais, e sua estrutura descentralizada e horizontal maximiza as chances de participação por outros indivíduos, como também reduz a vulnerabilidade do movimento a ameaças de repressão, e (d) são simultaneamente locais e globais.

Estas características podem ser observadas também na descrição do coletivo:

Ainda atendido esses critérios, **todos somos apenas membros**. Organizadores Locais, Organizadores Nacionais, Apoiadores, Colaboradores, sejam instituições ou indivíduos todos são membros do que atualmente se mantém existindo justamente graças à existência de uma rede de relacionamento entre instituições, profissionais, pesquisadores, ativistas, redutores de danos e membros da sociedade em geral engajados na questão. Mas todos somos membros desse Coletivo. **Não temos líderes, coordenadores, caciques, nem presidentes**. Muito menos presidentes honorários¹³.

Ou seja, a Marcha da Maconha é composta por um grupo de indivíduos e instituições cuja principal característica é a descentralidade e a horizontalidade, com negação de lideranças e hierarquias, articulados e mobilizados meio de redes de relacionamentos (especialmente o *Facebook*), espaço onde realizam o balanço e a divulgação de suas iniciativas. Um potencial ponto de inflexão do movimento ocorreu em 2012, durante a Rio +20, no qual surgiu a proposta de criação de uma federação nacional das Marchas, que poderia resultar em uma

¹² **Blog da Marcha da Maconha**. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha/>>. Acesso em: 30/08/2014.

¹³ Idem.

possível centralização das atividades e hierarquização do movimento (Lanças, 2013, p. 43). Todavia, este processo parece não ter sido levado adiante.

Um conceito importante para entender a formação das redes de atores que participam da Marcha é a já trabalhada ideia de “afiliações múltiplas”, de Dianni e Della Porta (2006, p. 127-131). O pertencimento de indivíduos e organizações e diversos espaços contribui para o crescimento da pauta antiproibicionista, facilitando o desenvolvimento de contatos pessoais e a criação de redes formais e informais, que por sua vez encorajam a participação individual e a mobilização de recursos financeiros (via o site Catarse, como já visto no caso da Marcha paulistana) e humanos, para agregar ativistas pontuais que participam das marchas anuais, mas não necessariamente integram o núcleo de organização do evento. Inclusive, Lanças (2006, p. 42) ressalta a importância destes ativistas não-organizados, uma vez que eles estão interconectados nas mesmas redes, circulando informações e pessoas, o que permite que experiências adquiridas em outras partes do Brasil e do mundo tenham influência na elaboração de táticas locais, enriquecendo dessa forma o repertório do movimento. Esta troca de conhecimentos e repertórios pode ser claramente observado durante a Marcha da Maconha de Santos, onde participaram membros da Marcha SP, que contribuíram de forma a garantir a autonomia local do evento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Marcha da Maconha, como decorrência de um processo de construção social e histórica de políticas de proibição do uso de substâncias psicoativas, opera em um campo duplo: ao mesmo tempo em que objetiva a redefinição da relação entre a gestão política e judiciária do aparato estatal frente às drogas – e, mais especificamente, frente à *cannabis* –, pretende disputar símbolos e mudar entendimentos e mentalidades em torno de seu uso. Ela se insere como integrante dos movimentos antiproibicionistas, em resposta às políticas estatais que criminalizam as drogas e à guerra às drogas que se generaliza no mundo ocidental. São movimentos plurais, que assumem uma série de discursos em seus repertórios. Seus ativistas defendem pautas variadas, a partir de olhares diversos, mas compartilham valores e símbolos comuns, e entendem que o modelo de atuação repressivo fracassou.

O estudo de caso sugere que a configuração organizativa da Marcha e sua constituição heterogênea facilita a projeção de suas demandas à sociedade política, a mobilização e engajamento de seus participantes e, assim, a sua performance na disputa que trava em seu campo de ação, construindo novas capacidades de articulação por meio da inovação cultural e da produção de *frames* interpretativos que engajam novos atores sociais à sua pauta. Isso

possibilita também que os seus participantes interpretem a realidade social em que vivem e se motivem para participar de uma ação coletiva que julgam importante e legítima.

O caráter horizontal do movimento age como catalisador participativo e permite a agregação de distintos temas e atores. O peso explicativo de elementos como filiações múltiplas – associadas à construção de redes sociais formais e informais – interligadas à identidades múltiplas na construção da identidade coletiva do movimento é evidente. Elas possibilitam uma interação social positiva, que redistribui informação por meio de processos comunicativos, orienta as relações entre os indivíduos e grupos e canaliza emoções, permitindo ainda que os ativistas construam e desconstruam narrativas sobre o cotidiano do movimento, suas vitórias e momentos de decepção.

Embora os objetivos da Marcha sejam a legalização da *cannabis* e a liberdade de escolha de seus integrantes, além da referência ao combate ao tráfico, parece ser improvável que ocorra modificação da lei vigente neste momento. Entretanto, a título de construção de um movimento, a modificação do discurso e a elevação de *status* dentro do campo implicam em novas chances políticas de reconhecimento da pauta, ou seja, da legalização da *cannabis*, num futuro a longo prazo. Enxergar essas nuances no desenvolvimento da ação coletiva e na consolidação de suas bandeiras e demandas possibilita o entendimento da sua relação com a sociedade e, sem dúvida, permite entender como o processo participativo de seus membros empodera o ativismo e legitima interna e externamente a disputa social travada pelo movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos consultados

- ALEXANDER**, J. C. (1998). "Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais" *Revista brasileira de ciências sociais*, 13(37), 5-31.
- ALONSO**, Angela (2009). "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". *Lua Nova*, São Paulo, 76: pp. 49-86.
- BENFORD**, Robert D. & **SNOW**, David A. (2000): "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment," *Annual Review of Sociology* 26.
- BURGIERMAN**, Denis Russo (2011). *O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas*. São Paulo: Leya, pp. 54-60.
- CASTELLS**, M. (2013). "Changing the World in the Network Society". In Castells, M. *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Malden, MA: Polity Press, 218-243.
- DIANNI**, M. & **DELLA PORTA**, D (2006). *Social Movements: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2a. Edição, 356pp.
- IORE**, Maurício (2012). O lugar do Estado na questão das Drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos*, n. 92, pp. 09-21.
- FLIGSTEIN**, Neil (2009). *Redes e Sociologia Econômica. Habilidade Social e a teoria dos Campos*. São Carlos, SP, pp. 69-106.
- GOFFMAN**, Erving (1974): *Frame Analysis. An Essay of the organization of experience*. New York, NY: Harper.
- HABERMAS**, J. (1981). "New social movements". *Telos*, New York, no 49.
- HAENFLER**, Ross, **JOHNSON**, Brett & **JONES**, Ellis (2012). "Lifestyle movements: exploring intersection on lifestyle and social movements". *Social Movement Studies*, vol 11, n. 01, pp. 1-20.
- LANÇAS**, Vinícius (2013). *Marcha da Maconha: transgressão e identidade em um movimento social contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 146 pp.
- MELUCCI**, A. (1985). "The symbolic challenge of contemporary movements". *Social research*, 789-816.
- MELUCCI**, A. (1989). "Um objetivo para os movimentos sociais?" *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (17), 49-66.
- MELUCCI**, A. (1995). "The process of collective identity". In Johnston, H. & B. Klandermans *Social movements and culture*, pp. 41-63.
- MISCHE**, Ann (2011). "Relational sociology, culture and agency". In Scott, John and Carrington, Peter (eds). *Sage Handbook of social network analysis*, Sage.
- POLLETTA**, Francesca (2006) *It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics*. University of Chicago Press. 2006, pp. 32-52
- SWIDLER**, Ann (1986). "Culture in action: symbols and strategies". *American Sociological*

Review, vol. 51, apr.

WEBER, K. & B. KING (2013) "Social Movement Theory and Organization Studies". In Adler et al. *Oxford Handbook of Sociology, Social Theory and Organization Studies*.

Sites e conteúdos audiovisuais consultados

Blog da Marcha da Maconha. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha/>>. Acesso em: 30/08/2014.

Marcha da Maconha. *Carta aberta: segurança e autonomia da Marcha da Maconha SP*, divulgada em 23/04/2014 no blog do movimento. Disponível em: <http://blog.marchadamaconha/carta-aberta-seguranca-e-autonomia-da-marcha-da-maconha-sp-4293#?more-4293>. Acesso em 30/08/2014.

TV Carta. *Marcha da Maconha 2014: conheça quem quer legalizar*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZmA7GUbGGbo>. Acesso em 14/11/2014.

SemSemente. *Marcha da Maconha São Paulo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SOTn5X733TU> . Acesso em 14/11/2014.

GrowBrasil. *Palestra de Henrique Carneiro na Marcha da Maconha de 2013*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3Ji8L7QayFw>. Acesso em 14/11/2014.

Coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR). *Quem somos*. Disponível em <http://coletivodar.org/quem-somos/>. Acesso em: 21/11/2014.